

REFORMA CAMBIAL PARA REINDUSTRIALIZAR O BRASIL

A taxa de câmbio apreciada no longo prazo é uma desvantagem competitiva que inviabiliza o investimento industrial

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Depois de muitos anos de quase estagnação, o país vive agora uma grave recessão. No longo prazo, essa recessão reflete a incapacidade dos economistas brasileiros, tanto ortodoxos quanto desenvolvimentistas, em adotar uma política cambial que coloque a taxa de câmbio flutuando em torno do equilíbrio competitivo ou industrial. Uma incapacidade que resulta de seu desconhecimento da tendência estrutural à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio que existe nos países em desenvolvimento; portanto, de populismo cambial combinado a incompetência. No curto prazo, a recessão teve quatro causas principais: a violenta queda no preço das *commodities* exportadas pelo Brasil ocorrida no segundo semestre de 2014; o grande escândalo da Petrobras, que veio à tona no último trimestre desse mesmo ano, e causou paralisação dos investimentos de uma empresa que responde por 10% da formação bruta de capital; a política antipatriótica do Banco Central do Brasil de continuar a aumentar a taxa de juros quando a economia brasileira já estava entrando em recessão; e da perda de confiança dos empresários industriais no governo que aconteceu

em duas etapas: primeiro, em 2013, quando eles se deram conta da incapacidade de garantir uma taxa de lucro minimamente satisfatória e uma taxa de juros civilizada – duas condições para que invistam; segundo, no início de 2015, quando ficou claro que o governo expandira irresponsavelmente as despesas no ano da eleição e levara o país à crise fiscal.

Essa crise econômica aguda está relacionada a uma crise de longo prazo. Desde o início dos anos 1990, o Brasil está preso em uma armadilha de juros altos e câmbio apreciado que mantém a economia semiestagnada. O Brasil cresceu de forma extraordinária entre 1930 e 1980 adotando uma estratégia nacional-desenvolvimentista, e desde a Constituição de 1988 avançou muito na área social. Mas a economia brasileira está quase parada desde 1980. Entre 1950 e 1980 o Brasil crescia a uma taxa média altíssima, de 4,1%. Desde 1980, o Brasil cresce a uma taxa de 0,9% ao ano.

Estou convencido de que o mau desempenho econômico do Brasil desde 1994, quando foi afinal resolvido o problema da alta inflação inercial, está associado a duas causas: à perda da ideia de nação e à nossa alta preferência pelo consumo imediato. A perda da ideia ➡➡➡

de nação ou nossa dependência cultural nos faz aceitar déficits em conta-corrente e a correspondente taxa de câmbio sobreapreciada como se esses déficits fossem “poupança externa” financiada por investimentos quando, na verdade, o financiamento é ao consumo. A alta preferência pelo consumo imediato abre espaço para o populismo econômico tanto de nossos economistas desenvolvimentistas quanto ortodoxos. Apenas o populismo explica que eles se acomodem com uma taxa de câmbio apreciada no longo prazo, que eleva os rendimentos das pessoas à custa de inviabilizar as boas empresas industriais brasileiras.

A perda da ideia de nação também nos levou a aceitar o retorno do Brasil à condição de mero exportador de *commodities*. Durante cinquenta anos nós sabíamos que desenvolvimento econômico era industrialização, era transferência de mão de obra de atividades de baixo valor adicionado *per capita* para atividades com alto valor adicionado *per capita*. Desde 1990, já sob a égide do neoliberalismo, esquecemos essa simples verdade, e aceitamos a destruição da nossa indústria e o consequente baixo crescimento. Era a velha lei das vantagens comparativas do comércio internacional que voltava a imperar. Ao invés de apostarmos

DESDE O INÍCIO DOS ANOS 1990, SOMOS VÍTIMAS DA DEPENDÊNCIA CULTURAL E DO DUPLO POPULISMO ECONÔMICO

na crescente sofisticação produtiva do país, acreditamos que “o mercado sabe mais”.

O populismo *político* não tem nada de negativo; em sociedades pouco desenvolvidas, é a política de líderes carismáticos que estabelecem uma relação direta com o povo, sem a intermediação de partidos políticos e de ideologias (que aliás não existem). Já o populismo econômico é por definição negativo, e pode ser tanto *fiscal*, quando o Estado gasta mais que arrecada e incorre de maneira irresponsável em altos déficits fiscais, quanto *cambial*, quando o Estado-nação gasta mais que arrecada incorrendo de maneira irresponsável em elevados déficits em conta-corrente.

Desde o início dos anos 1990, somos vítimas da dependência cultural e do duplo populismo econômico. Durante os oito anos do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso houve avanços na área social e na dos direitos humanos, mas o Brasil não voltou a crescer; nos doze anos do governo social-desenvolvimentista do PT houve avanços ainda maiores na área social, mas continuamos a ser vítimas desses dois populismos.

Os políticos e economistas liberais adotaram como elemento básico de seu “tripé” o câmbio flutuante, que, afinal, não passou de desastroso populismo cambial ao implicar taxa de câmbio apreciada no longo prazo, salários artificialmente altos, baixa taxa de lucro para a indústria, e, em consequência, baixa taxa de investimento, pouco crescimento e crise financeira. Os políticos e economistas social-desenvolvimentistas, nos doze anos seguintes, mantiveram uma política fiscal responsável durante quase onze anos; mas perderam-se a partir do segundo semestre de 2013, ao embarcar em uma política industrial profundamente equivocada de desonerações tributárias. Quanto ao câmbio, foram igualmente populistas. A preços de hoje, o governo Lula recebeu do governo anterior uma taxa de câmbio de R\$ 6,70 por dólar e entregou ao governo seguinte uma taxa de R\$ 2,10 por dólar, quando a taxa de câmbio competitiva devia estar em torno de R\$ 3,30 por dólar. Essa apreciação cambial tornou a missão da presidente Dilma Rousseff, que já

ESTE É O MOMENTO PARA,
JUNTOS, REJEITARMOS NOSSA
DEPENDÊNCIA CULTURAL E
NOSSA ALTA PREFERÊNCIA
PELO CONSUMO IMEDIATO,
E APROVEITARMOS A CRISE
ECONÔMICA PARA FAZERMOS
REFORMAS

era difícil devido à situação internacional desfavorável, uma missão impossível: depreciar o real em mais de 50% para tornar as boas empresas brasileiras competitivas. Por isso, não foi surpreendente o fracasso do governo Dilma.

A resposta da presidente à recessão foi tão correta quanto desastrosa. Foi correta porque, percebendo que nela estava envolvida uma crise de confiança, decidiu realizar ajuste fiscal, embora houvesse dito na campanha eleitoral que não o faria. Ela foi então acusada de “estelionato eleitoral”. Na verdade, durante a campanha eleitoral, nem ela nem seus opositores tinham consciência de que o país estava entrando em recessão. Seu erro não foi o de reverter a política equivocada de expansão fiscal que adotara, mas de não ter dado uma explicação ampla à sociedade antes de tomar essa decisão.

Que fazer agora? Os ortodoxos reclamam mais ajuste fiscal, mas já está claro que o governo não tem espaço para mais ajuste, dadas as vinculações constitucionais que enrijecem o orçamento federal. Os social-desenvolvimentistas querem expansão fiscal, mas essa não é a solução em hora de crise fiscal. Que fazer então? O principal é que o Banco Central reveja sua posição e volte a baixar os juros. Quanto ao executivo, ele deverá continuar a conter a despesa pública, deve apressar as licitações de obras de infraestrutura, e patrocinar um acordo de leniência para as empresas envolvidas no escândalo da Petrobras para que elas possam voltar a operar. E o legislativo deverá aproveitar o momento para fazer três reformas essenciais: estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria, reonerar a folha de pagamento, e unificar o PIS-Cofins.

Mas o que é mais importante hoje é a reforma cambial; é lograr a garantia que a taxa de câmbio permaneça competitiva nos próximos anos, flutuando em termos reais em torno de cerca de R\$ 3,60 por dólar. Não obstante o debate econômico sugira que o problema é o desequilíbrio fiscal, o grande e fundamental desequilíbrio é o cambial: é a taxa de câmbio apreciada no longo prazo. Entre 1999 e 2012 a economia brasileira esteve equilibrada do ponto de vista fiscal, atingindo as metas de superávit primário, mas isso não garantiu que os

investimentos aumentassem de forma satisfatória. Já no lado do câmbio a história é diferente. Nos 25 anos desde 1990, a taxa de câmbio só se tornou competitiva brevemente depois de duas crises cambiais (1998 e 2002) e durante a crise atual. Em seguida às crises, a tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio manifestou-se e o real voltou a se apreciar. Ora, taxa de câmbio apreciada no longo prazo é desvantagem competitiva que inviabiliza o investimento industrial. Apenas os investimentos em *commodities* e em serviços são rentáveis.

Como garantir que a taxa de câmbio não volte a se apreciar? Em um país como o Brasil a taxa de câmbio de longo prazo é definida essencialmente pelo preço das *commodities* que exporta. O essencial, portanto, é se estabelecer um imposto sobre a exportação de *commodities*, que varie inversamente ao preço internacional da *commodity* – variação esta definida na própria lei. Quanto mais baixo for o preço internacional da *commodity*, menor será a alíquota. Aos preços de hoje, a alíquota da soja e do minério de ferro seria zero. À medida que os preços internacionais voltem a aumentar, os exportadores teriam que pagar uma tarifa por dólar exportado que os impediria de aceitar uma taxa de câmbio mais apreciada – algo que é impossível sem esse imposto variável e automático.

O Brasil vive hoje uma crise econômica aguda. E o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff está apenas começando. Este não é, definitivamente, o momento para os políticos e os cidadãos dotados de espírito público aprofundarem suas divisões políticas, mas para diminuí-las. Este é o momento para, juntos, rejeitarmos nossa dependência cultural e nossa alta preferência pelo consumo imediato, e aproveitarmos a crise econômica para fazermos reformas – principalmente a reforma cambial que estou propondo, uma reforma que não tem respaldo na teoria econômica convencional, que supõe o câmbio sempre equilibrado no longo prazo, mas que é a mais importante entre todas, porque é a única que permitirá ao Brasil se reindustrializar. ■